

1º Encontro de Jovens
das Cidades Irmãs de Aveiro

**CARTA
AMBIENTAL
DE AVEIRO**

“O Papel dos Jovens no Desenvolvimento Sustentável”



AVEIRO, PORTUGAL – 2000

Índice

Introdução	3
Ambiente urbano (políticas municipais e Agenda 21)	5
Conservação da natureza	5
Igualdade de sexos	6
Integração étnica (cidadania contra o racismo)	6
Intercâmbio cultural internacional	6
Herança cultural e histórica	7
Participação cívica	7
Direito dos consumidores	7
Dinâmicas esportivas e culturais	7
Conclusão	8

Introdução

Aveiro preocupa-se com os problemas do seu desenvolvimento tendo já definido as suas grandes linhas. No seu plano de Atividades foi incluída uma rubrica com o tema “Aveiro Município Sustentável”, enquadrando ações dirigidas a diferentes camadas da população, tendo participado da segunda Conferência Européia das Cidades e Vilas Sustentáveis e assinado o Plano de Ação de Lisboa.

O programa das Nações Unidas para o Ambiente define desenvolvimento sustentável como programas que “podem melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro da capacidade potencial do sistema de sobrevivência da Terra”. A Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável define este como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

A aplicação da Agenda 21 a nível local tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável na comunidade, fortalecendo a cooperação entre todos os intervenientes na comunidade local.

A juventude aparece, assim, como um elemento importante na discussão e no despertar de consciências críticas para as questões que mais preocupam o homem nos nossos dias, constituindo esta uma forma de sensibilização para a importância da sua participação ativa na construção do futuro.

A realização do “Encontro de Jovens das Cidades Irmãs de Aveiro”, cujo tema proposto é “O papel dos jovens no desenvolvimento sustentável”, que decorreu de 14 a 17 de setembro de 2000, pretendeu reunir um conjunto de jovens, percebendo que o desenvolvimento equilibrado, sustentável e sustentado, depende do seu olhar atento para o equilíbrio económico, social e ambiental (igualdade de direitos e oportunidades, consciência social, desenvolvimento económico, planeamento regional e urbano, o ambiente, etc.) e do conceito, muito próprio, do que é a qualidade de vida.

Esta iniciativa pretende dar continuidade ao trabalho de colaboração desenvolvido e proporcionar às novas gerações contatos com outros povos e outras culturas e uma troca de experiências das iniciativas que cada autarquia tem desenvolvido nesta área.

Participaram deste encontro as seguintes cidades irmãs e amigas de Aveiro: Viana do Castelo (Portugal), Bourges (França), Arcachon (França), Forlì (Itália), Inhambane (Moçambique), Santa Cruz (Cabo Verde), Cubatão (Brasil), Pemba (Moçambique), Chologos (Grécia), Panyu (China) e Ilha do Príncipe (São Tomé e Príncipe).

No sentido de definir uma abordagem estratégica sobre o papel dos jovens no desenvolvimento sustentável foram identificados os seguintes temas:

- 1.) Ambiente Urbano (Políticas Municipais e Agenda Local 21)
- 2.) Conservação da Natureza
- 3.) Igualdade de Sexos
- 4.) Integração Étnica (Cidadania Contra o Racismo)
- 5.) Intercâmbio Cultural Internacional
- 6.) Herança Cultural e Histórica
- 7.) Participação Cívica
- 8.) Direito dos Consumidores
- 9.) Dinâmicas Esportivas e Culturais

Como comentário geral a estas conclusões gostaríamos de dizer que ao longo do encontro ficaram patentes as diferenças estruturais que existem entre os vários países participantes, no entanto, podemos identificar princípios comuns aplicáveis a todos eles.

O princípio da subsidiariedade entre os habitantes e seus governantes, ou seja, entre estes deve existir um contrato moral de obrigação e deveres mútuos. Aquilo que é exigido a uma parte deve ser equivalente ao que podemos oferecer a essa mesma parte. A exigência de infra-estruturas ambientais deve ter correspondência à nossa obrigação de alterar os nossos comportamentos de consumo.

Os jovens são um setor da população que mais facilmente interioriza novos comportamentos e novas atitudes, neste sentido têm uma responsabilidade acrescida que deve ser estimulada pela correta educação e sensibilização ambiental. Por outro lado é conhecida a irreverência dos jovens e a sua apetência por vezes em questionar e quebrar as regras existentes no sentido de as atualizar e melhorar, mas devem também saber respeitar essas regras quando elas existem para o bem comum.

1.) Ambiente urbano (políticas municipais e agenda local 21)

Na antiguidade representava-se a Terra através de quatro elementos fundamentais: ar, água, terra e fogo. Recuperando esta divisão afirmamos que no ambiente urbano devem existir atitudes e políticas sustentáveis que visem o equilíbrio e a preservação destes elementos tendo em conta a qualidade de vida das populações.

Como exemplos, sugerimos:

Ar

Aposta nos transportes públicos em substituição aos transportes individuais; controle das fontes poluidoras e promoção de áreas verdes purificadoras da atmosfera, no sentido de garantir índices desejáveis de qualidade atmosférica.

Água

Utilização racional das fontes de água potável; direito e garantia de fornecimento de água potável às populações; esforços no sentido de oferecer saneamento básico e tratamento de água às populações.

Terra

Utilização consciente dos recursos naturais, construção de hábitos individuais e coletivos que salvaguardem o solo, nomeadamente pela correta reciclagem, reutilização, revalorização e por fim deposição dos resíduos sólidos. Planeamento urbano que respeite a correta utilização do solo, valorizando os espaços verdes, os terrenos agrícolas e o correto ordenamento da paisagem.

Fogo (energia)

Utilização racional de energia. Fomento do uso de fontes de energia limpas e/ou renováveis.

As políticas municipais rumo à sustentabilidade devem promover a mudança de mentalidades para o aparecimento de um comportamento e consciência coletiva em detrimento de comportamentos individualistas e egoístas.

De referenciar por fim a manifesta falta de infra-estruturas básicas nos países em via de desenvolvimento e a responsabilidade que os países desenvolvidos devem assumir nesta questão.

2.) Conservação da natureza

Anatureza existe também para usufruto do homem, no entanto a sua utilização deve ser racional, preservando e fazendo uma correta exploração dos recursos naturais. Devem por isso ser devidamente regulamentadas as atividades com impacto importante nos recursos naturais. A regulamentação deve ser acompanhada pela educação e sensibilização ambiental no sentido de aumentar a compreensão da importância da sustentabilidade nas nossas ações e decisões.

3.) **Igualdade de sexos**

Garantir a igualdade de oportunidades entre os sexos, no acesso à educação, emprego e participação, entre outros. Uma população mais educada é uma população mais sustentada. O papel da mulher na sociedade não pode ser menosprezado, sob pena de se perder uma visão e uma sensibilidade própria e importante para a comunidade e o equilíbrio do meio ambiente.

Esta igualdade de oportunidades entre sexos deve ser também aplicada a outras áreas, nomeadamente à participação dos menos favorecidos e dos portadores de deficiências físicas ou mentais, já que todos partilhamos o mesmo meio e todos temos algo a aprender com o próximo.

4.) **Integração étnica (cidadania contra o racismo)**

A tolerância deve ser a palavra-chave para o entendimento entre os povos. Integração não pode ser sinónimo de aculturação. As diferentes riquezas culturais devem ser estimuladas e apoiadas. Devem também ser mutuamente estudadas. O aumento de informação entre os povos deve conduzir a uma maior aproximação e compreensão entre eles.

Devem existir mecanismos para que as diferentes etnias se possam afirmar, nomeadamente pela via cultural e pela oportunidade de estarem representadas na vida política de sua cidade, região ou país. A educação desempenha um papel primordial, devendo existir a oportunidade para que todos aprendam com todos.

5.) **Intercâmbio cultural internacional**

A cultura e o conhecimento devem ser alvo de um comércio justo entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. O comércio do conhecimento não pode ser usado como forma de os mais ricos se apoderarem dos recursos dos mais pobres. No entendimento que as ações locais influenciam o ambiente global existe uma obrigação dos países detentores do conhecimento e das tecnologias em partilhar com os outros, pois de forma indireta estão também melhorando a qualidade de vida de seus países. Os países em vias de desenvolvimento não podem ser meros coletores das tecnologias e dos equipamentos obsoletos.

O conhecimento das várias culturas mundiais deve ser estimulado, pois o seu valor é incalculável. Devem ser criadas formas e oportunidades para o intercâmbio cultural, quer físico, quer por recurso às novas tecnologias da comunicação.

6.) Herança cultural e histórica

O conhecimento da nossa herança cultural e histórica deve ser uma prioridade, para que esta possa ser preservada e divulgada. As boas práticas do passado devem ser recuperadas e os erros reconhecidos, para que não voltem a ser repetidos. Devem ser feitos esforços para que o patrimônio edificado e a cultura sejam preservados para o conhecimento das futuras gerações.

7.) Participação cívica

Os jovens devem ser integrados nos processos de desenvolvimento, devem ter uma participação ativa na definição do futuro. As condições para a participação juvenil devem ser asseguradas, quer individualmente quer através do associativismo, da mesma forma os jovens têm a obrigação de participar enquanto membros da sociedade, não podendo relegar-se para uma atitude passiva.

8.) Direito dos consumidores

Os consumidores devem ter acesso à informação. O conhecimento da origem, processo de fabricação e ingredientes de um produto devem ser apresentados para que o consumidor tenha a opção de escolha. No entanto deve também ser facultada a oportunidade para que o consumidor individual ou em grupo possa ter capacidade de intervenção na correção de processos de fabricação duvidosos e pouco sustentáveis. O acesso à informação e a possibilidade de atuação obrigam necessariamente a que o consumidor tenha uma atuação consciente e seletiva. Os produtos devem ser apresentados aos consumidores nas suas condições ideais nomeadamente no que diz respeito à conservação e aos prazos de validade.

9.) Dinâmicas esportivas e culturais

Para além da educação ambiental específica, a prática desportiva e a cultura devem transportar consigo uma mensagem explícita de sustentabilidade, pois são atividades que chegam a grandes quantidades da população. A prática do esporte em contato com a natureza exemplifica a necessidade da sua preservação sob pena de as condições naturais que permitem a sua prática possam desaparecer. Devem ser criados incentivos para que a cultura e o esporte possam obter mais apoios, junto das entidades públicas e privadas.

Conclusão

Como conclusão final fica o mais válido agradecimento dessa organização e o desejo que este tipo de diálogo se mantenha e possa ter lugar em outras ocasiões e locais.

Em Aveiro provou-se que todos temos algo a aprender e algo a partilhar com os outros, independentemente das origens.

Provou-se também que os jovens têm uma palavra a dizer na definição do futuro, na vontade para que este seja um futuro sólido, fruto de atitudes sustentáveis. Atitudes essas baseadas no conhecimento do passado, no respeito às diferenças e na consciência da responsabilidade de uma participação ativa.

*Aprovado por unanimidade em 16 de setembro de 2000; Museu da República,
Cidade de Aveiro, Portugal.*